

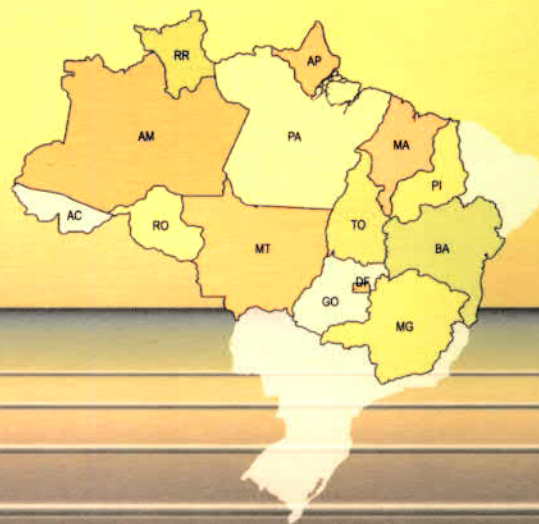


XII Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto da Primeira Região

Caderno de Questões

Primeira Prova

Brasília, 24 de setembro de 2006





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

**XII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO
DE CARGO DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO**

PRIMEIRA PROVA ESCRITA

24 DE SETEMBRO DE 2006

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES

1. Nesta prova não será permitido consulta de nenhuma espécie .
2. Leia as questões com atenção e marque no cartão de respostas, sem rasuras, a alternativa que julgar correta.
3. A marcação deverá ser feita com o preenchimento total do espaço correspondente à alternativa escolhida, com caneta esferográfica de cor preta ou azul.
4. As respostas marcadas **neste caderno de questões** não serão consideradas.
5. De cada conjunto de três respostas erradas descontar-se-á o valor de uma resposta certa.
6. As questões não respondidas e as respostas rasuradas não serão computadas para nenhum efeito.
7. Esta prova terá a duração de seis horas, improrrogáveis.
8. Este caderno de questões deverá ser devolvido ao fiscal de sala.
9. **Aguarde autorização para dar início à prova.**



XII Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto da Primeira Região

PRIMEIRA PROVA

1. Segundo a doutrina dominante, sobre lei e norma, pode-se dizer que:

- a) a lei se confunde com a norma, pois ambas constituem o conteúdo do direito (ou do texto legal).
- b) a lei é o veículo da norma, pois, da lei se extrai a norma;
- c) a lei penal é neutra, pois não pode haver valoração legislativa na lei;
- d) a lei está dividida em duas categorias, lei de conduta e lei de sanção.

2. A respeito das teorias do delito, pode-se afirmar que:

- a) o dolo e a culpa, sem dúvida alguma, fazem parte do tipo, segundo a teoria causalista.
- b) de acordo com a teoria constitucionalista do delito, só há crime quando a ofensa for grave, intolerável;
- c) para muitos estudiosos, o erro da teoria finalista, criada por Hans Weizel, foi não ter deslocado o dolo e a culpa para o injusto, mantendo-os na culpabilidade;
- d) segundo a doutrina de Claus Roxin, o agente do delito deve ser considerado como inimigo e assim tratado, existindo, deste modo, o direito penal do cidadão, com garantias, e o direito penal do inimigo, sem garantias.

3. Pode-se assegurar que:

- a) o princípio da insignificância é o mesmo princípio da adequação social, pois em ambos a conduta recebe total aprovação social.
- b) as causas de exclusão de antijuridicidade são, sem discrepância na doutrina, as tão-somente previstas em lei;
- c) para configurar o estado de necessidade, não há de considerar-se o requisito subjetivo;
- d) a autoria mediata é, realmente, distinta do concurso de pessoas.

4. Qual a resposta certa?

a) Acredita a maioria dos atuais legisladores que o direito penal deve ser entendido como a *sola ratio*.

b) Segundo a doutrina, ocupando-se o direito penal de uma pequena parte dos bens jurídicos protegidos pela ordem jurídica, nessa parte deve castigar todas as ações, sejam graves ou leves, o que denota seu caráter fragmentário;

c) São elementos positivos do conceito dogmático de culpabilidade, concomitantemente, a fim de possibilitar a aplicação de sanção penal, capacidade de culpabilidade, consciência de ilicitude e exigibilidade de conduta;

d) A culpabilidade está fora do conceito analítico de crime, segundo a maioria dos doutrinadores, mas, no Brasil, domina o entendimento segundo o qual crime é ação típica, antijurídica e culpável.

5. Cuidando-se da lei penal no tempo:

a) A lei penal inconstitucional, mais favorável, pode e deve ser aplicada, retroagindo. Aplicação da *lex mitior* inconstitucional;

b) Na hipótese de três leis sucessivas: quanto ao fato praticado na vigência da primeira lei, a lei posterior, ou seja a segunda lei, que não é a do tempo do crime, retroagirá, por ser mais benigna, para alcançar o fato praticado na vigência da primeira, mas não poderá ser ultrativa em relação à terceira lei, que não é a do tempo que o mesmo foi julgado, e, assim, essa última deverá ser aplicada ainda que menos benigna;

c) Ofende a coisa julgada a aplicação da lei nova mais benigna;

d) Se a norma que completa a lei penal foi revogada ou foi alterada por outra mais favorável ao agente, estando ligada a uma circunstância temporal ou excepcional, é de aplicar-se o princípio da retroatividade da lei mais benigna.



XII Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto da Primeira Região

PRIMEIRA PROVA

6. Cuidemos da relação de causalidade:

- a) Para atribuir-se um resultado a um agente, é necessário não uma relação de causalidade, mas um outro nexos, a fim de que presente se faça a realização de um risco proibido pela norma;
- b) De acordo com o nosso Código Penal, não se pode afirmar que "a causa da causa também é causa do que foi causado".
- c) Imputação objetiva e imputabilidade penal constituem conceitos idênticos ou semelhantes;
- d) A imputação objetiva não pode constituir elemento normativo do tipo, seja o crime doloso seja o culposos.

7. Marque a afirmativa certa:

- a) Nos delitos contra a ordem e econômica, de acordo com a doutrina dominante, há, em todos os tipos constantes do art. 4º e incisos da Lei 8.137, de 1990, elemento subjetivo do injusto e todos eles são delitos de resultado;
- b) É próprio da empresa factoring operar emprestando dinheiro a pessoa física e fazendo captação de recursos, não cometendo, assim, crime contra o sistema financeiro nacional aquele que assim dirige a empresa;
- c) Tem a doutrina, em sua grande maioria, entendido que a habitualidade prevista no § 4º do art. 1º da lei 9.613, de 1998, não impede o aumento da pena por força da continuidade;
- d) O conceito de organização criminosa e o de quadrilha confundem-se, ainda que haja repartição de atribuições.

8. Em torno da pena, pode-se afirmar que:

- a) o reconhecimento de píssimos antecedentes do acusado é, de acordo com a legislação penal atual, em face da alta criminalidade existente, causa de majoração da pena;

- b) havendo mais de uma majorante ou mais de uma minorante, a majoração e a diminuição não devem, segundo doutrina já pacificada, ser realizadas em forma de cascata;
- c) para a fixação do dia-multa não deve o juiz levar em consideração a situação econômica do acusado.;
- d) ocorrendo mais de uma causa de aumento, prevista na Parte Especial do Código Penal, o juiz, diante do estabelecido pela reforma introduzida pela Lei 7.209, de 11.07.1984, deve o juiz aplicar as duas majorações.

9. De acordo com decisão recente do Supremo Tribunal Federal:

- a) O crime de genocídio corporifica crime autônomo contra bem jurídico coletivo, não se confundindo com os ataques individuais que compõem as modalidades de sua execução, ou seja, os diversos homicídios;
- b) O crime de genocídio corresponde à soma de um crime de homicídio mais um elemento especial (critério da especialidade);
- c) Entre os diversos crimes de homicídio em continuidade delitiva e o genocídio há um concurso material;
- d) O genocídio é crime contra a vida.

10. Qual das proposições está correta?

- a) É de ter-se, para a jurisprudência dominante, configurado o crime de desobediência o desatendimento a ordem judicial, ainda que haja, em face disso, cominação exclusiva de sanção civil, imposição de pagamento de multa com a finalidade de compelir ao cumprimento do preceito;
- b) No caso de crimes societários, segundo orientação pacífica do STF, é apta a denúncia que não individualiza as condutas de cada indiciado, bastando a indicação de que os acusados sejam de algum modo responsáveis pela condução da sociedade comercial sob a



XII Concurso Público para Provisão de Cargo de Juiz Federal Substituto da Primeira Região

PRIMEIRA PROVA

qual foram supostamente praticados os delitos.

c) Constitui crime, punido com penas, aplicadas isolada ou cumulativamente, de multa, de detenção de 10 (dez) dias a 6 (seis) meses, de perda do cargo e de inabilitação para o exercício de qualquer outra função pública por prazo de até 3 (três) anos, não determinar o juiz o relaxamento de prisão ilegal que lhe seja comunicada pelo delegado de polícia.

d) O tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins é crime hediondo.

11. A respeito dos princípios constitucionais processuais penais, pode-se afirmar que:

a) Ao que pratica crime dito hediondo não são assegurados os direitos fundamentais estabelecidos na Constituição Federal, pois, os direitos da sociedade, do cidadão de bem, é que são merecedores de proteção legal. O acusado é o inimigo que merece ser combatido implacavelmente, daí por que a pena criminal é "uma amarga necessidade numa comunidade de seres imperfeitos".

b) O direito processual penal é instrumento de garantia da liberdade e do status dignitatis dos acusados.

c) O princípio da presunção da inocência pode ser abolido por emenda à Constituição, ante a crescente onda de criminalidade que assola o país.

d) A fim de combater a macro-criminalidade, a acusação tem, sem dúvida alguma, de ter mais poderes do que a defesa, não podendo, por conseguinte, nesta única hipótese, haver paridade de armas.

12. Tratando-se da acusatoriedade:

a) O juiz, o Ministério Público e a Polícia devem agir de comum acordo para combater a criminalidade grave e altamente organizada, em prol da segurança do homem de bem, em benefício da sociedade.

b) Em respeito ao princípio acusatório, todos os atos de investigação devem ser dados a conhecer ao acusado.

c) De acordo com a estrutura constitucional, o juiz é o garantidor dos direitos individuais indisponíveis, e, assim, em respeito ao princípio acusatório, o juiz que tenha requisitado a instauração de inquérito policial não deve, em processo penal, vir a processar e julgar o acusado, em face da possível perda de isenção.

d) É tranqüilo o entendimento do Supremo Tribunal Federal de que o Ministério Público pode conduzir sozinho inquérito ou investigação criminal.

13. Quanto à ação penal, pode-se dizer que:

a) É tranqüilo o entendimento de que é suficiente para o recebimento da denúncia, que nela esteja descrita a ocorrência de fato em tese previsto como ilícito, uma vez que não pode o juiz, neste momento processual, proceder valoração dos elementos investigatórios colhidos.

b) Não é certo afirmar-se, em face da separação das instâncias, que, enquanto não constituído, em definitivo, o crédito fiscal pelo lançamento, a ação penal não pode ser ajuizada, por falta de justa causa.

c) para o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a ação penal referente ao crime de redução a condição análoga à de escravo cometido contra determinado grupo de trabalhadores, ainda que não afete a organização geral do trabalho, é da competência da Justiça Federal.

d) tem o servidor público, para fins criminais, atingido em sua honra, em razão do cargo que exerce – propter officium –, legitimidade para ajuizar queixa-crime, promovendo, assim, a ação privada, em concorrência com a competência do Ministério Público.



XII Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto da Primeira Região

PRIMEIRA PROVA

14. A sentença que impõe o regime integralmente fechado fere qual princípio?

- a) Da intervenção mínima;
- b) da pessoalidade;
- c) da humanidade;
- d) da individualização da pena.

15. Qual a afirmativa certa?

- a) O Supremo Tribunal Federal admite o princípio do promotor natural;
- b) É da competência da Justiça Federal a competência para processar e julgar crime praticado por índio contra índia, ainda que não haja questão relacionada com direitos indígenas;
- c) Compete à Justiça Federal o processo e julgamento do crime de destruir ou danificar vegetação de cerrado, em propriedade privada, sem autorização do IBAMA, autarquia federal, havendo interesse de forma genérica da União.
- d) O seqüestro de bens imóveis adquiridos pelo acusado com os proventos do crime pode dar-se até o trânsito em julgado da condenação.

16. A alternativa correta é a:

- a) Citado o réu pessoalmente, não comparecendo ao interrogatório, nem contratando advogado, declara-se sua ausência, nomeia-se defensor dativo, e não se suspende o processo, que segue, assim, normalmente, o seu curso;
- b) O art. 366 do CPP, implicitamente, autoriza, segundo a jurisprudência dominante, a prisão do réu que não comparece para ser interrogado nem contrata advogado para promover sua defesa;
- c) O defensor nomeado para patrocinar os interesses do acusado não se equipara ao defensor público, não se impondo, assim, sua intimação pessoal dos atos processuais.

d) O juiz, segundo o Código de Processo Penal e em respeito ao princípio da ampla defesa, não pode proceder o julgamento se a carta precatória não foi devolvida, ainda que vencido o prazo marcado para sua devolução.

17. Marque a resposta correta:

- a) A inobservância do art. 38 da Lei 10.409, de 2002 (defesa logo em seguida à denúncia), não invalida, segundo o STF, o procedimento penal, se não demonstrado o prejuízo à defesa.
- b) O Supremo Tribunal Federal admite a prescrição antecipada, a fim de evitar um processo inútil, um trabalho para nada, para chegar-se a um provimento jurisdicional de que nada vale, inexistindo, assim, interesse de agir.
- c) O Supremo Tribunal Federal tem decidido que a quebra do sigilo bancário não pode ser diretamente determinada pelo Ministério Público.
- d) Só os bens tenham sido adquiridos com os proventos do crime é que podem ser arrestados.

18. A respeito de recursos:

- a) É tranqüilo o entendimento de que o recurso interposto antes da publicação da decisão recorrida não é extemporâneo se esta já existia no mundo jurídico, com objeto próprio, por constar dos autos, apesar de ainda não ter sido publicada;
- b) O entendimento jurisprudencial atual é de que o defensor dativo está obrigado a apelar.
- c) É recorrível a decisão que determina o arquivamento do inquérito;
- d) Contra medida assecuratória de seqüestro de bens, é cabível o recurso de apelação.

19. No tocante à prisão, pode-se afirmar que:



XII Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto da Primeira Região

PRIMEIRA PROVA

- a) A autoridade policial pode expedir ordem de prisão, em caso de extrema urgência, para evitar a fuga do indiciado;
- b) a prisão temporária pode ser decretada na fase de instrução processual;
- c) se alguém cometer uma infração penal, perseguido, se homiziar em sua própria casa, sendo noite, nem com ordem judicial pode ser preso;
- d) A prisão preventiva, segundo o STF, deve ser decretada para preservar a credibilidade das instituições e da segurança pública e em razão da gravidade do delito.

20. Sobre Juizado Especial, pode-se afirmar que:

- a) para o Plenário do Supremo Tribunal Federal, é sua a competência para processar e julgar habeas corpus contra decisão de Turma Recursal;
- b) o conflito entre Juizado Especial Federal e Juízo Comum Federal, segundo o Superior Tribunal de Justiça, deve ser dirimido pelo Tribunal Regional Federal;
- c) nos crimes em que a pena mínima for igual ou inferior a dois anos, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo;
- d) segundo o Supremo Tribunal Federal, descumprida a transação penal, há de se retornar ao status quo ante a fim de possibilitar ao Ministério Público a persecução penal.

21. Assinale a alternativa incorreta:

- a) O CTN, lei ordinária tornada lei complementar por ato institucional, além de regular o sistema tributário nacional, estabelece normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, os quais poderão legislar complementarmente, de forma supletiva ou regulamentar.

- b) O sistema tributário nacional se rege também por leis complementares, por resoluções do Senado e, nos limites de suas competências, por leis federais, estaduais e municipais.

c) Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, instituída por lei e que não constitui sanção por ato ilícito e que pode ser cobrada a critério da Administração Fazendária em moeda ou em bens e serviços de valor que nela se possa exprimir.

- d) A natureza jurídica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, desinfluentes a denominação e outras características formais postas na lei e a destinação legal da sua arrecadação.

22. Assinale a alternativa incorreta:

A competência tributária é indelegável, mas é delegável a atribuição para arrecadar ou fiscalizar tributos, executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, sendo certo que:

- a) a atribuição pode ser revogada, a qualquer tempo, por ato unilateral da pessoa jurídica de direito público que a tenha conferido;
- b) não constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo de arrecadar tributos;
- c) a atribuição compreende as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que a conferir;
- d) o não exercício da competência tributária permite o seu exercício por pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição a tenha atribuído.

23. Assinale a assertiva incorreta:

- a) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não podem instituir ou majorar tributos sem que a lei o estabeleça, mas, nas condições e nos limites estabelecidos em lei, o



XII Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto da Primeira Região

PRIMEIRA PROVA

Poder Executivo pode alterar as alíquotas ou as bases de cálculo dos impostos de importação, exportação e operações de crédito, apenas para ajuste aos objetivos da política cambial e de comércio exterior ou monetária.

b) À União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios é vedado cobrar tributos sobre patrimônio, renda ou serviços, desde que próprios e inerentes aos seus objetivos, uns dos outros; sobre templos de qualquer culto; sobre patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive fundações, entidades sindicais dos trabalhadores, instituições de educação e assistência social sem fins lucrativos e sobre o papel destinado exclusivamente à impressão de jornais, periódicos e livros.

c) À União é vedado instituir tributo não uniforme em todo o território nacional ou que importe distinção ou preferência em favor de determinado Estado ou Município.

d) Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não podem estabelecer diferença tributária entre bens de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

24. Assinale a assertiva incorreta:

a) As autarquias federais, estaduais, distritais ou municipais gozam da mesma imunidade de tributos conferida aos seus entes criadores tão somente no tocante ao patrimônio, venda e serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes.

b) A imunidade recíproca de impostos não se estende aos serviços públicos concedidos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.

c) Somente a União pode, por lei especial e tendo em vista interesse comum, isentar de qualquer tributo (federal, estadual, distrital e municipal) os serviços públicos que ela conceder.

d) Para gozarem de imunidade, os serviços dos partidos políticos e de suas fundações;

das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, são exclusivamente os diretamente relacionados com os objetivos institucionais previstos nos respectivos estatutos ou atos constitutivos.

25. Assinale a assertiva incorreta:

a) Sonegação é a ação ou omissão dolosa tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente, o conhecimento, por parte da autoridade fazendária, da ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal, sua natureza ou circunstâncias materiais e/ou das condições pessoais de contribuinte, suscetíveis de afetar a obrigação tributária principal ou o crédito tributário correspondente;

b) fraude é a ação ou omissão dolosa tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente, ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal, ou a excluir ou modificar as suas características essenciais, de modo a reduzir o montante do imposto devido, ou a evitar ou diferir o seu pagamento;

c) conluio é o ajuste doloso entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas, visando qualquer dos efeitos referidos na sonegação ou na fraude;

d) a expressão legislação tributária compreende as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes, inclusive no tocante à instituição, majoração dos tributos e cominação de penalidades.

26. Assinale a assertiva incorreta:

a) A modificação da base de cálculo de tributo, que importe em torná-lo mais oneroso, ainda que por mera atualização do seu valor monetário, equipara-se à majoração do tributo.



XII Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto da Primeira Região

PRIMEIRA PROVA

b) Os tratados e as convenções internacionais revogam ou modificam a legislação tributária interna e serão observados pela que lhes sobrevenha.

c) O conteúdo e o alcance dos decretos restringem-se aos das leis em função das quais sejam expedidos, determinados com a observância das regras de interpretação estabelecidas no CTN.

d) As práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas e os atos normativos por elas expedidos são normas complementares das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos.

27. Assinale a assertiva correta:

a) A contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados poderá ser reduzida e restabelecida sem lei por simples ato do Poder Executivo, sem obedecer ao princípio geral da anterioridade.

b) O princípio da não-cumulatividade proíbe que uma pessoa política de direito público crie tributos com a mesma base de cálculo e hipótese de incidência de outros já existentes.

c) A imunidade acarreta a inoccorrência do fato gerador em virtude da dispensa legal do seu pagamento.

d) Hipótese de incidência e fato gerador são sinônimos.

28. Assinale a alternativa correta:

No mandado de segurança preventivo, em que o impetrante pleiteie desobrigação de tributo federal, o pólo passivo do processo será ocupado:

a) pela Receita Federal em litisconsórcio passivo necessário com a União;

b) apenas pela União;

c) apenas por Delegado da Receita Federal;

d) pelo Delegado da Receita Federal em litisconsórcio com a Fazenda Nacional.

29. Assinale a alternativa incorreta:

a) A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra, é responsável pelos tributos devidos, até a data do ato, pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas.

b) Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária depende da intenção do agente, ou do responsável, e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

c) O sucessor e o cônjuge meeiro são pessoalmente responsáveis pelos tributos devidos pelo "de cujus" até a data da partilha ou adjudicação, limitada essa responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação.

d) Os pais, nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelos filhos menores (tributos devidos), respondem solidariamente nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis.

30. Assinale a assertiva incorreta:

a) A ação de cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos contados da sua constituição definitiva, que não é a data da sua inscrição em dívida ativa.

b) O lançamento do crédito tributário sujeita-se ao prazo decadencial de dez anos.

c) O prazo prescricional quinquenal da ação de cobrança do crédito tributário não se interrompe com o seu ajuizamento, nem com o despacho que ordena a citação, nem com o ajuizamento dos embargos, mas com a citação válida do executado.

d) Os embargos do devedor só suspendem a execução fiscal mediante garantia suficiente e idônea.

31. Assinale a alternativa correta:



XII Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto da Primeira Região

PRIMEIRA PROVA

- a) É de dez anos o prazo da ação de repetição de indébito tributário, contados da ocorrência do fato gerador.
- b) É de cinco anos o prazo da ação de repetição de indébito.
- c) É de dez anos o prazo para o lançamento tributário.
- d) A ação de repetição do indébito tributário sujeita-se ao prazo previsto no Decreto n.20.910, de 06/01/32.

32. Assinale a assertiva incorreta:

- a) A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros e aos pendentes, assim entendidos aqueles cuja ocorrência tenha tido início mas não esteja completa na forma indicada pelo CTN.
- b) A legislação tributária aplica-se a ato ou fato pretérito em qualquer caso, quando expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados.
- c) A legislação tributária aplica-se ao ato não definitivamente julgado somente quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo de sua prática.
- d) A legislação tributária aceita o emprego da analogia desde que não resulte na exigência de tributo não previsto em lei, bem assim o emprego da equidade que não resulte na dispensa do pagamento de tributo devido.

33. Assinale a assertiva incorreta:

- a) A obrigação tributária principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente;
- b) a obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos, convertendo-se, pelo simples fato

da sua inobservância, em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária;

- c) o sujeito passivo da obrigação principal é contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador, e responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei;
- d) as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes, desde que não alterem o conceito do fato gerador.

34. Assinale a assertiva incorreta:

- a) A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social, segundo princípios e diretrizes previstos em lei, entre eles a universalidade de cobertura e do atendimento, equidade de participação no custeio, uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- b) A Previdência Social tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de serviço, desemprego involuntário, encargos de família e reclusão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.
- c) A Assistência Social é a política social que provê o atendimento das necessidades básicas, traduzidas em proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice e à pessoa portadora de deficiência, independentemente de contribuição à Seguridade Social.
- d) A Seguridade Social é financiada, de forma direta e indireta, nos termos da Constituição e



XII Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto da Primeira Região

PRIMEIRA PROVA

de lei específica, mediante recursos exclusivamente provenientes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de contribuições sociais.

35. Assinale a assertiva correta:

a) São segurados obrigatórios da Previdência Social e da Previdência Complementar toda pessoa física que trabalhe como empregado, inclusive servidores públicos ocupantes de cargos comissionados e sem vínculo efetivo, os exercentes de mandato eletivo federal, estadual ou municipal; como contribuinte individual; como trabalhador avulso; e como segurado especial, incluídos nessa categoria o trabalhador rural, seu cônjuge e filhos, desde que trabalhem, comprovadamente, com o grupo familiar respectivo.

b) Todo aquele que exerce, concomitantemente, mais de uma atividade remunerada sujeita ao Regime Geral de Previdência Social é obrigatoriamente filiado em relação a cada uma delas.

c) O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social que voltar a exercer atividade abrangida por esse Regime é segurado obrigatório em relação a essa atividade, ficando sujeito ao pagamento em dobro das contribuições para fins de custeio da Seguridade Social.

d) O servidor civil ocupante de cargo efetivo ou o militar da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, e das respectivas autarquias e fundações, não são excluídos do Regime Geral da Previdência Social, ainda quando amparados por regime previdenciário próprio.

36. Assinale a assertiva incorreta:

a) Salário-de-Contribuição é a remuneração auferida em uma ou mais empresas, assim entendida a totalidade dos rendimentos pagos, devidos ou creditados a qualquer título,

qualquer que seja a sua forma, durante o mês, destinados a retribuir o trabalho.

b) Os limites mínimo e máximo do salário-de-contribuição podem ser ajustados livremente, não podendo o mínimo, todavia, nunca ser inferior ao salário mínimo, tomado no seu valor mensal, diário ou horário.

c) Equiparam-se a empresa, para fins previdenciários, a sociedade com fins lucrativos ou não, órgãos e entidades da administração pública, a cooperativa, entre outros que a lei relaciona, que, por isso, estão sujeitos à contribuição sobre a folha-de-salários (contribuição do empregador) e à retenção e repasse ao INSS das contribuições retidas dos seus empregados.

d) Ao INSS e à Secretaria da Receita Federal, nos procedimentos de fiscalização, a empresa e o segurado são obrigados a prestar todos os esclarecimentos solicitados, podendo, em caso de recusa ou sonegação, arbitrar, por estimativa, a importância que reputarem devida.

37. Assinale a assertiva falsa:

a) As contribuições devidas à Seguridade Social, após confessadas, podem ser parceladas nas condições previstas em lei, mas não podem ser objeto de parcelamento as descontadas dos empregados nem as dívidas da empresa com falência decretada.

b) O dirigente de órgão ou entidade pública responde pessoalmente pela multa aplicada por infração à lei previdenciária, mas somente os administradores de autarquias e fundações públicas, empresas públicas e de economia mista são solidariamente responsáveis pelo pagamento das contribuições previdenciárias não recolhidas por mais de trinta dias.

c) O titular da firma individual e os sócios das empresas por cotas de responsabilidade limitada respondem solidariamente, com seus bens pessoais, pelos débitos junto à Seguridade Social, mas os acionistas controladores, os administradores, os gerentes



XII Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto da Primeira Região

PRIMEIRA PROVA

e os diretores respondem solidariamente e subsidiariamente, com seus bens pessoais, quanto ao inadimplemento das obrigações com a Seguridade Social, por dolo ou culpa.

d) É isenta das contribuições previdenciárias a entidade beneficente de assistência social que atenda cumulativamente os requisitos previstos na Lei n. 8212/91 (art. 55), entre eles que seus diretores não percebam remuneração nem usufruam de vantagens ou benefícios a qualquer título, mesmo que, dotada de personalidade jurídica própria, seja mantida por outra que esteja no gozo da isenção.

38. Assinale a assertiva incorreta:

a) É de dez anos o prazo de extinção do direito de a Seguridade Social apurar e constituir seus créditos e, no mesmo prazo, prescreve o seu direito de cobrá-los.

b) Toda empresa pessoa jurídica é obrigada à matrícula perante o INSS, ainda quando não sujeita à inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.

c) A obra de construção civil não está obrigada à matrícula no INSS.

d) Incluem-se entre as fontes de custeio da Seguridade Social as contribuições sociais das empresas sobre a folha de salários, faturamento e lucro; dos trabalhadores, incidentes sobre o seu salário-de-contribuição; e as incidentes sobre a receita de concursos de prognósticos.

39. Assinale a assertiva incorreta:

a) Os beneficiários do Regime Geral de Previdência Social classificam-se como segurados e dependentes, optantes e não-optantes.

b) É segurado obrigatório da Previdência Social o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social.

c) Entende-se como regime de economia familiar, para o segurado especial, a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados.

d) São dependentes do segurado: cônjuge, companheiro(a), o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido, os pais e o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido.

40. Assinale a assertiva incorreta:

a) São benefícios para o segurado: aposentadoria por invalidez, por idade, por tempo de serviço, especial; auxílio-doença; salário-família; salário-maternidade; auxílio-acidente. Para o dependente: pensão por morte; auxílio-reclusão. Para ambos: serviço social e reabilitação profissional.

b) Período de carência é o número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício, consideradas a partir do transcurso do primeiro dia dos meses de suas competências.

c) Dependem de carência os benefícios de pensão por morte, auxílio-reclusão, salário-família e auxílio-acidente.

d) O valor do salário-de-benefício não pode ser inferior ao de um salário mínimo, nem superior ao do limite máximo do salário-de-contribuição na data de início do benefício.

41. Assinale a assertiva correta:

a) É permitido o recebimento conjunto dos seguintes benefícios, entre outros: mais de uma aposentadoria; mais de uma pensão; mais de um auxílio-acidente.

b) O recurso que tenha por objeto discussão de crédito previdenciário somente terá seguimento mediante prévio depósito do valor



XII Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto da Primeira Região

PRIMEIRA PROVA

correspondente a trinta por cento da exigência fiscal.

c) A execução contra o INSS observará o art. 730 do CPC.

d) Compete à Justiça Federal julgar, segundo o rito sumaríssimo, os litígios e medidas cautelares relativos a acidentes do trabalho.

42. Assinale a assertiva incorreta:

a) Para efeito dos benefícios da Previdência Social ou no serviço público, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na atividade privada, rural e urbana, e do tempo de contribuição ou de serviço na administração pública.

b) A perda da qualidade de segurado importa em caducidade dos direitos inerentes a essa qualidade e prejudica o direito à aposentadoria, ainda que tenham sido preenchidos todos os requisitos segundo a legislação em vigor à época.

c) O direito da Previdência Social de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os seus beneficiários decai em dez anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

d) Mediante justificação perante a Previdência Social, observado o disposto na lei e seu regulamento, poderá ser suprida a falta de documento ou provado ato do interesse de beneficiário ou empresa, salvo no que se refere a registro público.

43. Assinale a assertiva incorreta:

a) Para a comprovação do tempo de serviço para fins previdenciários não se admite prova exclusivamente testemunhal sem razoável início de prova documental.

b) Mandado de segurança contra agente local do INSS pode ser ajuizado perante a Justiça Estadual no foro da comarca do domicílio do segurado ou beneficiário que não seja sede de vara federal.

c) A execução fiscal das contribuições previdenciárias observará o mesmo rito da Lei n. 6.830/80, intimando-se pessoalmente o procurador do exequente.

d) O termo inicial da aposentadoria por invalidez judicialmente reconhecida é a data do laudo pericial judicial que constatar a incapacidade laborativa, salvo se a perícia em juízo expressamente determinar a incapacitação em data anterior.

44. A competência para o licenciamento de construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento:

a) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, no caso de significativa degradação ambiental, e do órgão estadual competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, nos demais casos, sem prejuízo de outras licenças exigíveis;

b) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e, em caráter suplementar, do órgão estadual ou do órgão municipal competentes, integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, sem prejuízo de outras licenças exigíveis;

c) do órgão estadual ou do órgão municipal competentes, integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em caráter suplementar, sem prejuízo de outras licenças exigíveis;

d) do órgão estadual competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis –



XII Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto da Primeira Região

PRIMEIRA PROVA

IBAMA, em caráter supletivo (de atividades e obras com significativo impacto ambiental, de âmbito nacional ou regional), sem prejuízo de outras licenças exigíveis.

45. Legislar sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente:

- a) é competência privativa da União, uma vez que detém a competência privativa para legislar sobre direito civil;
- b) é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e, na hipótese de interesse local, dos Municípios;
- c) é competência comum da União, dos Estados e do Distrito Federal, excluindo-se os Municípios;
- d) é competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.

46. Em relação à responsabilidade civil por dano ambiental:

- a) a causa indireta como determinante de responsabilidade é prevista expressamente em lei, ou seja, não resulta somente dos princípios pertinentes à matéria;
- b) libera o empreendedor a prova de que a atividade, licenciada pelo órgão competente e de acordo com o respectivo processo legal, foi exercida dentro dos padrões fixados;
- c) pode-se dizer que é predominantemente objetiva, o que não exclui nem atenua a exigência de demonstração do nexo de causalidade;
- d) todas as alternativas anteriores são corretas.

47. De acordo com a Lei n. 11.105/2005 (normas de segurança e fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados - OGM):

- a) todos os OGM que anteriormente obtiveram decisão da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio favorável

a sua liberação comercial passariam por nova avaliação do Conselho Nacional de Biossegurança - CNBS;

- b) todos os OGM que anteriormente obtiveram decisão técnica da CTNBio favorável a sua liberação comercial passariam por reavaliação da própria CTNBio, em sua nova composição;
- c) não há hipótese de reapreciação, por CNBS, de ato de liberação comercial de OGM praticado pela CTNBio, pois a decisão da CTNBio é definitiva e vinculante para todos os órgãos da Administração, ressalvado o controle judicial;
- d) ficou isenta de reapreciação administrativa decisão da CTNBio favorável à liberação comercial de OGM, salvo manifestação contrária do CNBS, no prazo de sessenta dias.

48. Assinale a menor largura marginal da vegetação ciliar, de preservação permanente:

- a) 10 (dez) metros, não se incluindo essa faixa no percentual de reserva legal;
- b) 20 (vinte) metros, incluindo-se essa faixa no percentual de reserva legal;
- c) 30 (trinta) metros, não se incluindo essa faixa no percentual de reserva legal;
- d) duas vezes a largura do curso d'água, não se incluindo essa faixa no percentual de reserva legal.

49. Assinale a alternativa correta:

- a) A Administração pública poderá resguardar-se diretamente do apossamento indevido e da inadequada utilização de bem público, logo, não tem interesse processual (necessidade) para recorrer à via judicial;
- b) A Administração pública terá sempre que recorrer ao Poder Judiciário em caso de resistência de particular que tenha se apossado indevidamente ou esteja fazendo uso indevido de bem público;
- c) A Administração pública poderá recorrer ao Poder Judiciário em caso de resistência de particular que tenha se apossado



XII Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto da Primeira Região

PRIMEIRA PROVA

indevidamente ou esteja fazendo uso indevido de bem público, sem prejuízo do poder de autotutela que lhe assiste independentemente de previsão legal expressa;

d) A Administração pública poderá recorrer ao Poder Judiciário em caso de resistência de particular que tenha se apossado indevidamente ou esteja fazendo uso indevido de bem público, sem prejuízo do poder de autotutela, sempre dependente de previsão legal expressa.

50. A respeito dos bens públicos é correto dizer que:

a) súmula do Supremo Tribunal Federal diz que os bens imóveis são imprescritíveis, dispondo a Constituição que todos os bens públicos são imprescritíveis;

b) súmula do Supremo Tribunal Federal diz que todos os bens são imprescritíveis, dispondo a Constituição, no capítulo da *política agrícola e fundiária e da reforma agrária*, que os bens imóveis são imprescritíveis;

c) súmula do Supremo Tribunal Federal diz que os bens públicos, indistintamente, são imprescritíveis, dispondo a Constituição, no capítulo da *política agrícola e fundiária e da reforma agrária*, de forma idêntica;

d) sua imprescritibilidade não é prevista expressamente na Constituição, resultando do princípio da indisponibilidade do interesse público.

51. A teoria da supremacia especial surgiu para explicar a atuação do Estado:

a) na relação com seus servidores;

b) no exercício do poder de polícia;

c) no exercício do poder de tributar e de desapropriar;

d) no exercício do domínio eminente sobre todos os bens situados no respectivo território.

52. Na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, relativamente à causalidade do dano indenizável pelo Estado, prevalece:

a) a teoria da causalidade adequada ou *conditio sine qua non*;

b) a teoria da equivalência das condições ou *conditio sine qua non*;

c) a teoria da *conditio sine qua non* combinada com o critério de necessidade;

d) a teoria da interrupção do nexo causal (responsabilidade em face de causa direta e imediata, ou necessária).

53. O direito de extensão, na desapropriação, refere-se:

a) à possibilidade de a desapropriação abranger a área contígua necessária ao desenvolvimento da obra;

b) à possibilidade de desapropriação de zonas que se valorizem extraordinariamente em consequência do serviço implantado, para efeito de revenda pelo expropriante;

c) à desapropriação para fins de ampliação de distritos industriais e atividades correlatas;

d) ao prejuízo extraordinário na destinação econômica do bem, em razão da desapropriação parcial ou de áreas contíguas, ensejando, na desapropriação por necessidade ou utilidade pública, reclamação de perdas e danos e, na desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, requerimento para que a área remanescente também seja desapropriada.

54. Na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

a) não subsiste orientação anterior à Constituição de 1988 de que só a perda da propriedade, ao final da ação de desapropriação – e não a imissão provisória na posse do imóvel – está compreendida na garantia da justa e prévia indenização;



XII Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto da Primeira Região

PRIMEIRA PROVA

b) subsiste, no regime da Constituição Federal de 1988, a jurisprudência firmada sob a égide das Constituições anteriores, assentando que só a perda da propriedade, no final da ação de desapropriação – e não a imissão provisória na posse do imóvel – está compreendida na garantia da justa e prévia indenização;

d) a primeira alternativa não só é correta, como está revogado o art. 15 do Dec.lei 3.365/45, que admite, em casos de urgência, a imissão provisória na posse do bem expropriado sem a necessidade do pagamento prévio e integral da indenização;

e) a primeira alternativa não só é correta, como está revogado o art. 15 do Dec.lei 3.365/45 e, tendo-se consumado a imissão provisória na posse sem o cumprimento do pressuposto da avaliação judicial prévia, deve-se corrigir a falha mediante laudo pericial e depósito posterior.

55. O Supremo Tribunal Federal:

a) considerou constitucional a expressão “em dinheiro, para as benfeitorias úteis e necessárias, inclusive culturas e pastagens artificiais”, contida no art. 14 da LC 76/93, porque em relação às benfeitorias úteis e necessárias, mesmo na desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, a indenização deve ser prévia e em dinheiro;

b) declarou a inconstitucionalidade da expressão “em dinheiro, para as benfeitorias úteis e necessárias, inclusive culturas e pastagens artificiais”, contida no art. 14 da LC 76/93, porque o pagamento mediante precatório não contraria a regra de indenização prévia e em dinheiro;

c) deu interpretação conforme a Constituição à expressão “em dinheiro, para as benfeitorias úteis e necessárias, inclusive culturas e pastagens artificiais”, porque não significa subtrair o pagamento em dinheiro, nesse caso, ao regime dos precatórios;

d) considerou constitucional a expressão “em dinheiro, para as benfeitorias úteis e

necessárias, inclusive culturas e pastagens artificiais”, contida no art. 14 da LC 76/93, devendo, em caso de reforma da sentença, com aumento do valor da indenização, o expropriante ser intimado a depositar a diferença no prazo de quinze dias.

56. As parcerias público-privadas, de acordo com a Lei n. 11.079/2004:

a) são contratos administrativos de concessão;

b) não são contratos de concessão, mas contratos administrativos especiais, que envolvem, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público;

c) são contratos de concessão apenas na modalidade *patrocinada*;

d) são contratos de concessão apenas na modalidade *administrativa*.

57. Na Lei n. 9.784/99 (lei federal de processo administrativo):

a) todos os atos administrativos devem ser motivados, incluídos os discricionários, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos que lhes serviram de base;

b) são indicadas classes de atos administrativos que devem ser motivados de forma explícita, clara e congruente, não satisfazendo a essa exigência a declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas;

c) são indicadas classes de atos administrativos que devem ser motivados de forma explícita, clara e congruente, podendo a motivação consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas;

d) todos os atos administrativos devem ser motivados, com exceção daqueles baseados em critérios essencialmente políticos.



XII Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto da Primeira Região

PRIMEIRA PROVA

58. Na doutrina clássica de Léon Duguit (início do Séc. XX), para o conceito de serviço público:

- a) utiliza-se o critério da interdependência ou solidariedade social;
- b) utiliza-se o critério subjetivo ou orgânico;
- c) utiliza-se o critério do regime jurídico exorbitante;
- d) devem ser combinados os critérios subjetivo ou orgânico, formal e objetivo ou material.

59. De acordo com a Lei n. 8.666/93, a autoridade competente:

- a) poderá revogar a licitação em face de nova avaliação dos preexistentes requisitos de conveniência e oportunidade, assegurado ao licitante vencedor ressarcimento das despesas com a participação no processo;
- b) poderá revogar a licitação somente por razão de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;
- c) poderá revogar a licitação, entre outras hipóteses, por razão superveniente de interesse público devidamente comprovada, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;
- d) deverá anular a licitação por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e fundamentado, exonerando-se a Administração de qualquer dever de indenizar o contratado, sem prejuízo da responsabilidade de quem deu causa à anulação.

60. O juiz, legitimamente provocado:

- a) anulará o ato administrativo discricionário manifestamente inconveniente e inoportuno;
- b) além dessa hipótese, empregando o critério de razoabilidade, anulará o ato administrativo

discricionário, se o administrador não tomou a melhor decisão para o interesse público;

c) não anulará ato administrativo com base em critério de razoabilidade, pois não lhe é permitido penetrar o mérito desse ato, cingindo-se sua apreciação aos aspectos de legalidade;

d) não anulará ato administrativo com base em critério de razoabilidade, mas determinará a correção dos efeitos prejudiciais que o ato inconveniente e inoportuno tenha produzido para o autor da ação, em face do princípio da inafastabilidade da jurisdição.

61. Na licitação sob a modalidade de pregão, presencial e eletrônico:

a) a prova dos requisitos de habilitação, pelo licitante, restringe-se a sua declaração, sob as penas da lei, de que atende às exigências do edital;

b) primeiro são abertas as propostas e depois verificados os requisitos de habilitação, assim mesmo em relação somente ao vencedor do certame;

c) além da exigência da declaração mencionada na primeira alternativa, a verificação dos requisitos de habilitação do licitante vencedor limita-se a consulta ao SICAF e aos sítios oficiais emissores de certidões;

d) todas as alternativas são corretas.

62. Quanto aos direitos da personalidade, podemos afirmar que:

a) o seu reconhecimento, no direito brasileiro, se dá a partir do código de 2002;

b) possuem natureza simultaneamente pessoal e patrimonial;

c) se aplicam exclusivamente às pessoas naturais;

d) que são absolutos, indisponíveis, imprescritíveis e vitalícios.



XII Concurso Público para Provisão de Cargo de Juiz Federal Substituto da Primeira Região

PRIMEIRA PROVA

63. No que se refere às pessoas jurídicas, é certo dizer que:

- a) a desconsideração de sua personalidade jurídica, corresponde a uma forma indireta de dissolução;
- b) sua atuação no mundo jurídico se dá por meio de seus órgãos próprios e não necessariamente por representação;
- c) as fundações formam-se a partir de criação legal e possuem estrutura típica de direito público;
- d) sua personalidade jurídica se inicia a partir da elaboração de seu ato constitutivo, salvo quando necessária prévia autorização.

64. Com relação aos defeitos dos negócios jurídicos, não é verdadeira a seguinte expressão:

- a) Sendo substancial, tanto o erro de fato, como o de direito, podem determinar a anulação do negócio jurídico.
- b) A reparação civil a ser suportada pela parte beneficiada pela ação dolosa de seu representante será diversa, caso trate-se de representante legal ou convencional.
- c) Na hipótese de coação praticada por terceiro, a vítima poderá buscar indenização pelo prejuízo sofrido, contra o beneficiário ou o terceiro, os quais sempre responderão solidariamente.
- d) Para configuração da lesão, não é necessário que se caracterize o dolo de aproveitamento.

65. São cláusulas gerais contempladas no código civil:

- a) Boa fé objetiva, função social do contrato, *pacta sunt servanda* e função social da propriedade;
- b) Boa fé objetiva, preservação contratual, *pacta sunt servanda* e função social da propriedade;

c)]Função social do contrato, função social da propriedade, preservação da entidade familiar e boa fé objetiva;

d) Função social do contrato, função social da propriedade, boa fé objetiva e responsabilidade civil.

66. Nas obrigações:

a) solidárias, tratando-se de solidariedade passiva, esta persiste nas relações internas, entre o devedor que pagou e os demais devedores;

b) alternativas, ocorrida a impossibilidade de uma das prestações, sem culpa do devedor, antes da concentração, se a escolha cabia ao credor, este poderá exigir a prestação remanescente ou o correspondente a que se impossibilitou;

c) indivisíveis, praticada a remissão por um dos credores, persiste aos demais o direito de exigir do devedor o pagamento por inteiro;

d) facultativas, o perecimento do bem objeto da prestação, por culpa do devedor, consolida a obrigação na prestação subsidiária.

67. Tratando-se de matéria contratual:

a) o pacto de melhor comprador, institui uma modalidade de propriedade resolúvel, durante a vigência do prazo estabelecido;

b) no contrato estimatório, o consignante mantém-se responsável, solidariamente ao consignatário, perante o terceiro adquirente;

c) para interpretação dos contratos de adesão, aplicam-se exclusivamente os princípios da teoria geral dos contratos;

d) nos contratos de fiança, não pode o fiador demandado pelo pagamento da dívida, invocar o benefício de ordem.

68. Com referência aos direitos reais, não é correto afirmar que:

a) a propriedade fiduciária alcança tanto bens móveis como imóveis e somente se constitui



XII Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto da Primeira Região

PRIMEIRA PROVA

com o registro do contrato no registro de títulos e documentos, no detran ou no registro de imóveis;

b) o proprietário do prédio dominante pode utilizar-se dos meios possessórios, quando o proprietário do prédio serviente obstar a utilização da servidão;

c) o usufruto somente pode ser constituído sobre bens singulares, sendo vedado, portanto, seu estabelecimento sobre o patrimônio;

d) o promitente comprador, desde que registrada no cartório de registro de imóveis a promessa de compra e venda por instrumento particular, já quitada e sem cláusula de arrependimento, poderá requerer a adjudicação do imóvel, no caso de recusa à outorga da escritura definitiva.

69. Em matéria de pagamento:

a) são requisitos para a validade do pagamento feito ao credor putativo, a boa fé deste e a escusabilidade do erro do devedor;

b) tratando-se de subrogação convencional, o terceiro subrogado pode cobrar do devedor valor maior do que aquele que pagou;

c) ocorrida a novação, extingue-se a obrigação anterior, persistindo, no entanto, salvo estipulação em contrário, as garantias relativas à obrigação original;

d) a compensação legal pode ocorrer, mesmo se tratando de obrigações de natureza diversa, ou envolvendo bens infungíveis, salvo no que concerne a dívidas fiscais.

70. Com relação à nova lei de falência e recuperação de empresas, podemos dizer que:

a) O agente econômico que se encontrava no regime de concordata preventiva quando do início da vigência da nova lei, não pode optar pelo sistema da recuperação judicial, salvo no encerramento da concordata;

b) os princípios da viabilidade da empresa, da predominância do interesse dos credores, da

publicidade dos procedimentos, da *par conditio creditorum*, da maximização dos ativos e da preservação da atividade empresarial, são os principais inspiradores dos procedimentos adotados pelo legislador;

c) a classificação dos créditos na falência obedece a seguinte ordem: créditos trabalhistas até 150 salários mínimos; créditos tributários; créditos com garantia real; demais créditos trabalhistas; créditos quirografários;

d) são impedimentos para a recuperação judicial, a falta de prova de exercício regular da atividade econômica há mais de um ano; falência anterior, sem extinção de suas obrigações; recuperação judicial obtida há menos de cinco anos; condenação, transitada em julgado, por crimes de natureza patrimonial.

71. Em matéria de sociedade anônima, é correto dizer que:

a) para que ocorra uma incorporação é necessária a aprovação por 50% (cinquenta por cento) dos sócios da incorporadora e da incorporada;

b) ainda no caso de incorporação, se a sociedade incorporada tiver emitido debêntures, deverá ser convocada assembléia especial dos debenturistas para que estes aceitem a novação subjetiva da obrigação decorrente da incorporação;

c) a *joint venture* é uma espécie de fusão em que se busca a execução de atividades comuns e onde uma das empresas fica temporariamente submetida à empresa líder;

d) o Conselho Administrativo de Defesa Econômica é competente para analisar previamente qualquer ato de concentração empresarial e suas decisões constituem título executivo extrajudicial.

72. Relativamente aos títulos de crédito, não é verdadeira a afirmação, segundo a qual:



XII Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto da Primeira Região

PRIMEIRA PROVA

- a) são atributos comuns aos títulos de crédito, a incorporação, a literalidade e a autonomia;
- b) no endosso realizado após o prazo para protesto, seus efeitos serão os de mera cessão de crédito;
- c) o avalista responde solidariamente com o devedor principal, mesmo ocorrida a prescrição da duplicata, em ação monitória movida pelo credor;
- d) o cheque deve ser considerado um título de crédito, tanto que institutos típicos do direito cambiário, como o endosso e o aval são aplicáveis ao cheque.

73. No que se refere à liquidação das sociedades, é possível afirmar que:

- a) durante o processo de liquidação, sua personalidade jurídica persiste, mas apenas para realizar ou finalizar negócios tendentes à realização da liquidação;
- b) a liquidação das instituições financeiras é um procedimento judicial peculiar, sendo o liquidante indicado pelo Banco Central que promoverá também o rateio dos ativos entre os credores, obedecida a preferência estabelecida na lei de falência e recuperação de empresas;
- c) encontrando-se em liquidação a sociedade, contra ela não mais correrão prazos prescricionais, nem tampouco incidirão multas por inadimplemento de obrigações contratuais ordinárias;
- d) encerrada a liquidação e extinta a sociedade, os sócios permanecem responsáveis, perante os credores insatisfeitos, no limite de sua participação no capital social.

74. Quanto à oposição, é correto afirmar que:

- a) na ação de oposição, a citação dos opostos gera a formação do litisconsórcio necessário unitário;
- b) citados devidamente na ação de oposição, o prazo para os opostos apresentarem

contestação será contado em dobro pelo fato de os litisconsortes terem diferentes procuradores;

c) a citação dos opostos ocorrerá na pessoa de seus advogados, que prescinde apresentar procuração com poderes especiais para receber citação inicial, nos termos do art. 38 do Código de Processo Civil;

d) distribuída a ação de oposição por dependência, ocorrerá o seu apensamento à ação ajuizada primeiro e, conseqüentemente, a existência das duas ações fará com que o magistrado profira duas sentenças, sendo que a análise da ação inicial ficará prejudicada se julgado procedente o pedido da ação de oposição;

75. Quanto à matéria de competência, pode-se afirmar que:

a) se o fato ilícito tiver ocorrido no Brasil, embora a vítima resida fora do país, a ação poderá ser ajuizada tanto no Brasil quanto no estrangeiro, por se tratar de competência concorrente, tendo inclusive as ações regular prosseguimento pelo fato de não existir no ordenamento brasileiro a previsão de litispendência internacional, nos termos do art. 90 do Código de Processo Civil;

b) a ação judicial com o intuito de rescindir contrato de locação firmado entre as partes será ajuizada no foro competente da situação da coisa, independentemente do local do domicílio do contratante e do contratado;

c) ocorrendo em separado as ações conexas perante juízes que têm a mesma competência territorial, considera-se prevento o magistrado que primeiro proferiu despacho no feito, sendo irrelevante o seu conteúdo para fins de fixação da prevenção;

d) havendo conflito de competência entre Tribunal de Justiça e Tribunal Regional Federal, competirá ao Superior Tribunal de Justiça resolvê-lo, podendo o Ministro Relator julgar de forma monocrática, na hipótese de a matéria suscitada ser jurisprudência



XII Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto da Primeira Região

PRIMEIRA PROVA

dominante do tribunal, sendo-lhe facultativo ser ouvido o Ministério Público.

76. No que se refere ao recurso de agravo interposto em face da decisão de primeiro grau, torna-se incorreto afirmar que:

- a) das decisões proferidas em audiência de instrução, nos procedimentos ordinário e no sumário, caberá a interposição do agravo de forma retida, que deve ser interposto de forma oral e imediata sob pena de preclusão.
- b) quando do julgamento do recurso de apelação, ultrapassado o segundo juízo de admissibilidade, o provimento do agravo retido provocará a nulidade da sentença proferida pelo juiz de primeiro grau;
- c) da decisão que determina a retenção do agravo de instrumento em retido não caberá recurso de agravo, no prazo de cinco dias, mesmo na hipótese de haver prejuízos à parte, cabendo ao agravante impetrar mandado de segurança contra ato judicial;
- d) por ser matéria de admissibilidade de recurso, o magistrado de ofício não conhecerá do agravo de instrumento na hipótese de o agravante não ter cumprido o requisito da lei, que determina a comunicação e a comprovação ao juízo de primeiro grau acerca da interposição do agravo de instrumento, assim como dos documentos que instruíram o referido recurso.

77. Quanto à atuação das partes no processo, é incorreto afirmar que:

- a) a não apresentação da contestação nos autos da ação rescisória, torna o réu revel, embora os fatos não impugnados não serão considerados verdadeiros, afastando-se a aplicação do que determina o art. 319 do Código de Processo Civil;
- b) os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos; os atos e omissões de um não prejudicarão nem beneficiarão os outros;

- c) na hipótese de formação do litisconsorte necessário passivo e, considerando a citação válida dos réus, se apenas um deles apresentar contestação, e for fundada em negativa de autoria da prática do ato ilícito, não se presumirão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor com relação ao réu revel;
- d) mesmo considerando que os atos e omissões de um litisconsorte não prejudicará nem beneficiar os outros, pode-se afirmar que o recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, salvo se distintos ou opostos os seus interesses.

78. Quanto ao procedimento sumário, é correto afirmar que:

- a) estando a causa principal sob o procedimento ordinário, pode o réu ajuizar reconvenção pelo mesmo procedimento, renunciando ao procedimento sumário previsto para a demanda reconvenicional, optando-se assim pela cumulação subjetiva das ações;
- b) é permitido ao réu, citado validamente, deduzir pedido na contestação, muito embora se deve limitar apenas aos mesmos fatos articulados pelo autor na petição inicial e aos fundamentos da defesa;
- c) sendo vedada expressamente a utilização da ação declaratória incidental no procedimento sumário, poderá o réu na contestação argüir a questão prejudicial de que dependa o julgamento de mérito, mas a sua resolução pelo magistrado não será acobertada pela coisa julgada material;
- d) se o autor não arrolar testemunhas, nem oferecer quesitos de perícia e indicar o assistente técnico na petição inicial, ocorrerá preclusão consumativa, sendo vedado fazer em momento posterior, salvo se o réu consentir.

79. Quanto aos Juizados Especiais Federais, é incorreto afirmar que:



XII Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto da Primeira Região

PRIMEIRA PROVA

a) a competência é absoluta, no foro onde estiver instalada Vara do Juizado Especial, embora o Juizado Especial Civil poderá julgar causa de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos;

b) havendo conexão entre duas ou mais ações, na hipótese de uma delas não incluir nas matérias ou no valor assinalados no art. 3º, da Lei 10.259/2001, a competência para o julgamento de todas elas dever ser deslocada para o juízo especial, por se tratar de competência absoluta a dos Juizados Especiais Federais;

c) pelo princípio da oralidade, o magistrado deverá proferir sentença na própria audiência, após o encerramento da coleta de provas, não sendo aconselhável o julgamento em gabinete, salvo motivo de força maior;

d) independentemente do valor atribuído à causa ou se as partes litigarem em primeiro grau desacompanhadas de advogado, em hipótese alguma poderão interpor recurso, seja inominado ou de embargos de declaração, sem estar representado por advogado, salvo se detentor de capacidade postulatória,

80. Quanto à ação rescisória, é incorreto afirmar que:

a) da decisão que não conhece do recurso especial, embora tenha sido analisada a questão de mérito, a competência para apreciar a ação rescisória é do Superior Tribunal de Justiça;

b) ao ser citado, o réu poderá apresentar no momento da sua defesa reconvenção à ação rescisória, desde que o prazo decadencial de dois anos não tenha exaurido;

c) sendo procedentes os juízos rescindendo e o rescisório, o depósito efetuado no valor de 5% sobre o valor da causa será devolvido ao autor, pois restou reconhecida pelo tribunal a invalidade da sentença;

d) a jurisprudência majoritária do Superior Tribunal de Justiça adotou o entendimento no

sentido de que sendo a ação una e indivisível, não há que se falar em fracionamento da sentença e/ou acórdão, o que afasta à possibilidade do seu trânsito em julgado parcial, contando-se o prazo para a propositura da ação rescisória a partir do trânsito em julgado da última decisão proferida na causa.

81. Quanto à ação civil pública, é incorreto afirmar que:

a) quando o dano ocorrer ou puder ocorrer potencialmente no território de mais de uma comarca, qualquer delas é competente para o processamento e julgamento da ação civil pública, resolvendo-se a questão da competência por prevenção;

b) o pedido de concessão de liminar pode ser cumulado com a ação civil pública de conhecimento, cautelar ou execução, sendo desnecessária o ajuizamento da ação cautelar;

c) o efeito *erga omnes* da coisa julgada, decorrente da sentença proferida na ação civil pública, inibe a repropositura da mesma ação civil pelo autor ou por qualquer outro co-legitimado ao ajuizamento das ações coletivas, salvo os particulares em suas relações intersubjetivas;

d) os efeitos *erga omnes* da coisa julgada ocorrerão se julgado o pedido procedente ou improcedente por insuficiência de prova, excluindo-se do alcance da autoridade da coisa julgada a hipótese de improcedência por ser infundada pretensão de acordo com as provas dos autos.

82. Quanto ao processo de execução, é incorreto afirmar que:

a) é título judicial a sentença proferida no processo civil que reconheça a existência de obrigação de fazer, não fazer, entregar coisa ou pagar quantia, incluindo-se neste rol as sentenças declaratórias que reconhecessem a existência dos elementos da obrigação;



XII Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto da Primeira Região

PRIMEIRA PROVA

b) a execução da sentença estrangeira homologada pelo Superior Tribunal de Justiça não permite que a fase cognitiva e a fase executiva sejam realizadas num único processo;

c) é dispensada a caução para realização da execução provisória quando se tratar de créditos de natureza alimentar decorrentes ou não de ato ilícito, bem como nos casos de execução provisória em que penda agravo de instrumento interposto em face da não admissibilidade do recurso especial, independentemente de que possa resultar eventual risco de grave dano;

d) o cumprimento da sentença efetuar-se-á perante o juízo que processou a causa no primeiro grau de jurisdição, podendo o exequente optar pelo juízo do local onde se encontram bens sujeitos à expropriação ou pelo atual domicílio do executado.

83. No que se refere à citação e os seus efeitos, é incorreto afirmar que:

a) interrompe a prescrição a citação realizada em procedimento preliminar, seja ou não cautelar, desde que seja requisito necessário ao ajuizamento de posterior ação principal;

b) a citação válida interrompe a prescrição, mesmo que o processo seja extinto sem julgamento de mérito, salvo se a extinção se deu por contumácia das partes ou abandono da causa pelo autor;

c) a citação ordenada por juiz incompetente, seja absolutamente ou relativamente, é válida, mas parcialmente ineficaz por produzir apenas efeitos materiais;

d) em se tratando de litisconsortes passivos necessários, a citação válida de apenas um dos réus não é suficiente para interromper a prescrição.

84. Verifique cada uma das proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

I – A teoria de Konrad Hesse, em seu livro intitulado “A força normativa da Constituição”, propõe a adoção do pensamento constitucional marcado pelo isolamento entre norma e realidade expresso tanto no positivismo jurídico da Escola de Paul Laband e Georg Jellinek, quanto no positivismo sociológico de Carl Schmitt.

II – A chamada concepção política de Constituição, de Carl Schmitt, pauta-se na assertiva de que Constituição difere de lei constitucional. A Constituição, segundo o decisionismo de Carl Schmitt, deriva de uma decisão política fundamental emanada da Corte de Constitucionalidade de cada país.

III – Para Ferdinand Lassale, em sua conhecida exposição de 1862, a Constituição de um país seria a manifestação dos fatores reais de poder (militar, social, econômico, intelectual e textual). A Constituição real estaria, segundo o autor, na manifestação concreta dos fatores reais de poder, desde que nos estritos limites fixados pela força normativa do texto constitucional.

IV – O jurista italiano Constantino Mortati adota a concepção formalista de Constituição de Hans Kelsen pautada na possibilidade de derivação formal de conteúdo a partir da norma fundamental.

a) Todas as opções estão incorretas.

b) Somente a I opção está correta.

c) Somente a II e IV opções estão corretas.

d) Todas as opções estão corretas.

85. Sobre o tema da classificação das constituições, verifique cada uma das proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

I – A Constituição brasileira de 1824 (Constituição do Império) pode ser classificada como uma constituição semiflexível, pois previa, em seu art. 178, a proibição de alteração por emenda constitucional dos



XII Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto da Primeira Região

PRIMEIRA PROVA

limites e atribuições respectivos dos poderes políticos.

II – A Constituição brasileira de 1988 inovou em introduzir como cláusulas pétreas os direitos e garantias individuais. A petrificação dos direitos e garantias individuais foi a inovação que permitiu a classificação da Constituição brasileira de 1988 como uma constituição rígida.

III – Os escritos de Karl Loewenstein sobre Teoria da Constituição apontam a debilidade das classificações tradições das constituições. Tais escritos propõem a adoção de critérios orientados à substância ou essência da Constituição para sua classificação. A classificação ontológica de Constituição de Loewenstein separa as constituições em nominais, normativas e semânticas com base na relação entre a Constituição e a realidade do processo do poder.

IV – A Constituição brasileira de 1988 é classificada, quando à forma, à mutabilidade, à origem e ao modo de elaboração, respectivamente, como uma Constituição escrita, rígida, promulgada e dogmática.

- a) Todas as opções estão incorretas.
- b) Somente a I opção está incorreta.
- c) Somente a III e IV opções estão corretas.
- d) Todas as opções estão corretas.

86. A aplicação da Constituição exige a compreensão dos princípios orientadores do olhar do intérprete. Verifique cada uma das proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

I – O princípio da unidade da Constituição visa impedir a alteração jurisprudencial da repartição constitucional de funções. Trata-se de autorização excepcional para emenda modificadora de cláusulas pétreas, desde que necessária à manutenção da repartição constitucional de funções idealizada pelo legislador constituinte originário.

II - O princípio do efeito integrador decorre da concepção integralista de Estado e sociedade, reduzindo a pluralidade social ao ditame integrador estatal.

III - O princípio da máxima efetividade impõe ao intérprete considerar a Constituição em sua totalidade como um conjunto de normas de aplicação imediata. Assim, as regras constitucionais, segundo tal princípio, não podem ser qualificadas como normas de eficácia contida ou limitada.

IV - O princípio da concordância prática ou harmonização indica a eliminação do bem jurídico-constitucional de menor representatividade quando em conflito com outro bem jurídico-constitucional pétreo.

- a) Todas as opções estão incorretas.
- b) Somente a I opção está incorreta.
- c) Somente a III e IV opções estão corretas.
- d) Todas as opções estão corretas.

87. O fenômeno de acolhimento das normas produzidas sob a égide da antiga Constituição por uma nova Constituição chama-se:

- a) repristinação própria;
- b) repristinação operativa;
- c) repristinação imprópria;
- d) recepção.

88. Sobre o tema da eficácia das normas constitucionais, verifique cada uma das proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

I – Normas de eficácia plena são aquelas que, desde a entrada em vigor da constituição, têm a possibilidade de produzir todos os seus efeitos essenciais, pois detêm normatividade suficiente para serem aplicadas independentemente de novo preenchimento normativo infraconstitucional.

II – Normas de eficácia limitada são aquelas que não podem produzir todos os seus efeitos essenciais com sua entrada em vigor, pois o



XII Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto da Primeira Região

PRIMEIRA PROVA

legislador constituinte não lhes imprime normatividade suficiente para serem aplicadas sem novo preenchimento normativo infraconstitucional.

III – Normas de eficácia contida são normas que têm a possibilidade de produzir todos os seus efeitos essenciais com sua entrada em vigor, mas prevêm meios ou conceitos que permitem manter sua eficácia contida em certos limites, dadas certas circunstâncias.

IV – Na Constituição brasileira de 1988, as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais podem ser classificadas como normas de eficácia plena, contida ou limitada.

- a) Todas as opções estão incorretas.
- b) Somente a IV opção está incorreta.
- c) Somente a II e IV opções estão corretas.
- d) Todas as opções estão corretas.

89. Sobre a temática dos métodos de interpretação constitucional na divisão estabelecida pelo conhecido constitucionalista Ernst-Wolfgang Böckenförde, verifique cada uma das proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

I – O método hermenêutico-clássico defendido por Forsthoff está assentado sobre dois axiomas: o de que a Constituição deve ser interpretada conforme métodos específicos, próprios da configuração constitucional e, portanto, diferentes daqueles aplicáveis às demais normas do ordenamento jurídico; o de que a Constituição deve buscar, quando não houver indicação distinta no texto constitucional, a aplicação da hermenêutica-jurídica clássica de Savigny.

II – O método tópico orientado ao problema considera o texto constitucional um tópico central e proeminente da interpretação constitucional e destinado a subjugar o problema concreto às dicções precisas e determinadas do texto constitucional.

III – O método de interpretação da Constituição orientada às ciências da realidade

tem seu ponto de partida na doutrina de interpretação de Smend. A tese principal deste método é a de que o sentido e a realidade da Constituição (não o texto literal ou a abstração dogmática) constituem o fundamento e o critério de sua interpretação.

IV – O método interpretativo hermenêutico-concretizador contesta as afirmações do método hermenêutico-clássico ao aceitar a abertura de sentido das normas constitucionais. Konrad Hesse entende a interpretação constitucional como concretização da Constituição dentro de limites impostos pelo próprio texto constitucional.

- a) Todas as opções estão incorretas.
- b) Somente a IV opção está incorreta.
- c) Somente a III e IV opções estão corretas.
- d) Todas as opções estão corretas.

90. Verifique cada uma das proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

I – No Brasil, a intervenção nas empresas prestadoras de serviços públicos configura limitação circunstancial ao poder constituinte derivado.

II – No Brasil, a decretação de Estado de Defesa prescinde de prévio pronunciamento do Congresso Nacional.

III – No Brasil, a decretação de Estado de Sítio prescinde de prévia manifestação do Congresso Nacional.

IV – No Brasil, a intervenção de Estado-Membro em Município não constitui limite circunstancial ao poder constituinte derivado.

- a) Todas as opções estão incorretas.
- b) Somente a I opção está incorreta.
- c) Somente a II e IV opções estão corretas.
- d) Todas as opções estão corretas.

91. Verifique cada uma das proposições abaixo e assinale a alternativa correta:



XII Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto da Primeira Região

PRIMEIRA PROVA

I – Segundo a Constituição brasileira de 1988, a não renovação de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens depende de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

II – Ações e serviços de saúde são expressamente classificados pela Constituição brasileira de 1988 como serviços de relevância pública.

III – É vedada, na Constituição brasileira de 1988, a divisão do Distrito Federal em Municípios.

IV – O texto atual da Constituição brasileira de 1988 prevê expressamente apenas dois órgãos reguladores: um para o setor de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos; outro para o setor de telecomunicações.

- a) Todas as opções estão incorretas.
- b) Somente a I opção está incorreta.
- c) Somente a I e IV opções estão corretas.
- d) Todas as opções estão corretas.

92. A Constituição brasileira de 1988 dispõe que compete privativamente à União legislar sobre as seguintes áreas, exceto:

- a) educação, cultura, ensino e desporto;
- b) sistema monetário e de medidas, títulos e garantias dos metais;
- c) regime dos portos, navegação lacustre, fluvial, marítima, aérea e aeroespacial;
- d) águas, energia, informática, radiodifusão e telecomunicações.

93. Verifique cada uma das proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

I – Na clássica controvérsia entre Kelsen e Schmitt sobre quem deveria ser o defensor e o intérprete da Constituição, Kelsen posiciona-se contra três pontos fundamentais: a natureza política da jurisdição constitucional; a criação judicial daí advinda; e a aceitação de

determinação do conteúdo jurídico de uma disposição constitucional por um tribunal constitucional.

II – É vedado, no Brasil, o controle abstrato e difuso de constitucionalidade de normas do Distrito Federal questionadas em face da Constituição Federal de 1988.

III – Cabe, no Brasil, controle de constitucionalidade sobre controvérsia puramente regimental do Poder Legislativo, desde que se trate de matéria interna corporis.

IV – As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

- a) Todas as opções estão incorretas.
- b) Somente a IV opção está correta;
- c) Somente a I e IV opções estão corretas;
- d) Todas as opções estão corretas.

94. Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, os seguintes legitimados, exceto:

- a) Presidente da República;
- b) Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal;
- c) Consultor-Geral da República;
- d) Governador de Estado ou do Distrito Federal.

95. As seguintes atribuições competem ao Conselho Nacional de Justiça, exceto:

- a) rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano;



XII Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto da Primeira Região

PRIMEIRA PROVA

- b) elaborar semestralmente relatório estatístico sobre processos e sentenças prolatadas, por unidade da Federação, nos diferentes órgãos do Poder Judiciário;
- c) representar ao Ministério Público, no caso de crime contra a administração pública ou de abuso de autoridade;
- d) controlar a atuação jurisdicional do Poder Judiciário, mediante avocação de processos cujos prazos regimentais tenham sido descumpridos.

96. Sobre a súmula vinculante prevista pela Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004, é incorreto afirmar:

- a) O Supremo Tribunal Federal poderá aprovar súmula com efeito vinculante de ofício ou por provocação.
- b) Terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- c) A aprovação, revisão ou cancelamento de súmula somente poderá ser provocada pelo Presidente da República, pelo Procurador-Geral da República ou pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- d) Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal.

97. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios, exceto:

- a) prevalência dos direitos humanos;
- b) responsabilidade fiscal;
- c) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- d) defesa da paz.

98. Verifique cada uma das proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

- I – Não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.
- II – Compete privativamente à União legislar sobre extradição de estrangeiros.
- III – Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a extradição solicitada por Estado estrangeiro.
- IV – Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

- a) Todas as opções estão incorretas.
- b) Somente a IV opção está incorreta.
- c) Somente a I e IV opções estão incorretas.
- d) Todas as opções estão corretas.

99. Verifique cada uma das proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

- I – São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.
- II – São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
- III – São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.
- IV – São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente dentro de 30 dias do nascimento.

- a) Todas as opções estão incorretas.
- b) Somente a IV opção está incorreta.
- c) Somente a I e IV opções estão incorretas.
- d) Todas as opções estão corretas.



XII Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto da Primeira Região

PRIMEIRA PROVA

100. São privativos de brasileiro nato os seguintes cargos, exceto:

- a) Presidente de Comissão Disciplinar de Servidor Público.
- b) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- c) Oficial das Forças Armadas.
- d) Presidente do Senado Federal.

